

MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA



MAURÍCIO WALDMAN



EDITORA KOTEV
AFRICANIDADES 16

MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

A atuação do colonialismo ocidental na África, distinguiu-se, em paralelo à dominação política e econômica, pela disseminação de percepções desqualificantes que ainda hoje estigmatizam o continente africano e seus povos, que entretanto, devem ser contrastadas com o passado do continente, que contesta as imagens difundidas pelas forças coloniais.

Com efeito, a África possui longa história anterior à intrusão colonial. Reinos poderosos surgiram em vários pontos do continente, com estruturas sociais, políticas e econômicas em nada devedoras, em termos de progresso, de saber e de arte, aos europeus do mesmo período, atraindo inclusive, a admiração dos conquistadores ocidentais (Figura 1).



FIGURA 1 - Dupla de leopardos esculpidos em marfim com incrustações de cobre, mostra da arte do povo Edo, etnia dominante no reino do Benin, hoje integrando a *Royal Collection* da Rainha Elizabeth II. Os comandantes da Força de Expedição Punitiva Britânica ao Benin de 1897, enviaram este par de leopardos à soberana britânica logo após o saque e a queima da capital do reino dos Edo (Fonte: < <https://www.toncremers.nl/unfounded-arguments-against-restitution-of-stolen-benin-artefacts/> >. Acesso: 10-12-2017)

No que configuraria um constrangimento aos centros de conhecimento europeus, vários dos antigos Estados africanos esbanjavam conhecimentos que em diversos contextos, superavam o saber e a técnica europeia no mesmo período. Este seria, por exemplo, o caso dos impérios tradicionais africanos como do Ghana, do Mali e da Abissínia, este último, um país de remota antiguidade e uma das mais proeminentes formações estatais constituídas na história da Humanidade.

Mais ainda, com base em pesquisas que se acumularam desde as décadas finais do Século XX, sabe-se que civilizações como a Egípcia foram largamente subsidiadas por fortes influências culturais oriundas do vasto interior do continente. Daí que com muita razão, inúmeros especialistas definem o Egito como uma civilização negro-africana (Figura 2).

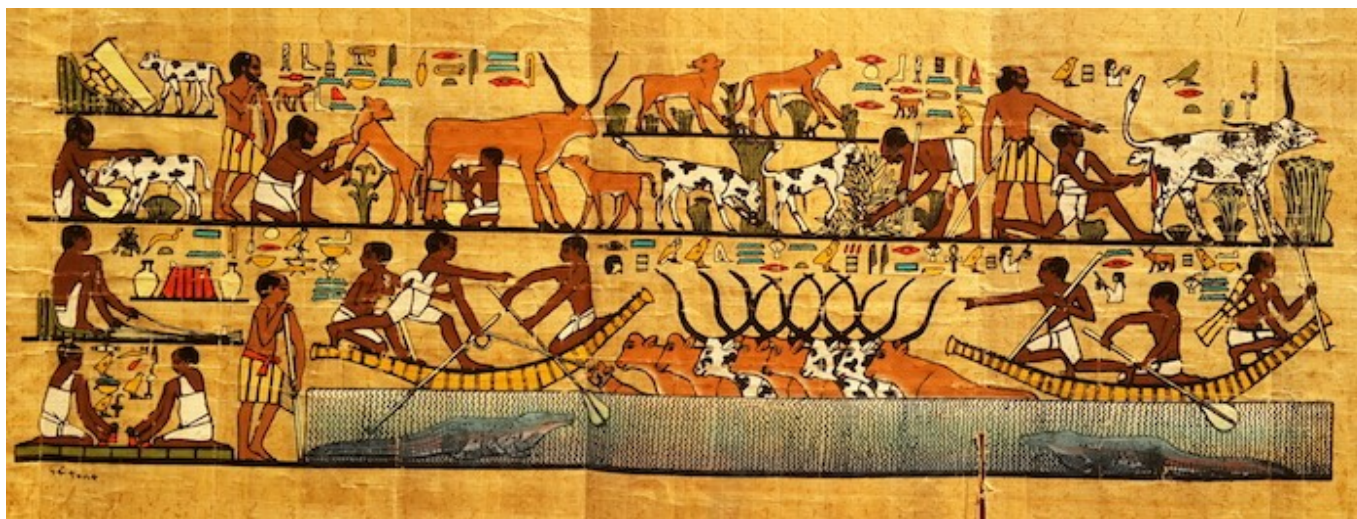


FIGURA 2 - A arte egípcia registra muitas cenas e instantâneos que reportam a recortes nitidamente africanos presentes na sua população e cultura, originários do interior da África, declinações alçadas ao *status* de um consenso historiográfico desde os anos 1960 (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 7-10-2017)

Com base neste pano de fundo, retenha-se que o contato efetivo dos europeus com a África ocorre em tempos historicamente tardios, especialmente a partir do Século XV, quando as navegações portuguesas iniciaram contatos com a África Negra.

Outrossim, sublinhe-se que a maior parte das estruturas políticas tradicionais da África, organizadas ou não na forma de aparatos estatais, manteve-se incólume ao longo dos séculos seguintes. Foi exclusivamente com a aceleração da chamada *corrida colonial* que a Europa, a partir do Século XIX, partiu então para a conquista do *hinterland* africano.

Um passo decisivo nesta empreitada foi a concertação, em 1884-1885, da Conferência de Berlim ³, que reuniu as principais potências com ambições territoriais e econômicas no continente. Participaram desta reunião internacional quinze países, dos quais treze eram europeus, aos quais somaram-se os Estados Unidos e o Império Otomano.

Os Estados Unidos não possuíam colônias no continente. Mas, em data recente tinham enfrentado uma guerra civil por conta da abolição da escravidão, constituindo, pois uma potência em ascensão que, em pleno raio do Século XIX, entrara em conflito com os piratas da Berberia e que também, alimentava fortes vínculos com a Libéria, país cuja existência foi patrocinada pelos norte-americanos.

Quanto ao Império Otomano, embora em franca decadência, ainda dominava nesta época um naco considerável de territórios no Norte do continente (caso da Cirenaica e da Tripolitânia, regiões que hoje integram a Líbia), fato que impôs a participação turca.

A Conferência de Berlim constituiu uma referência importante para a compreensão do mapa político da África, que em breve, estaria quase inteiramente sob domínio ocidental, materializando o que muitos autores definem como um continente colonial (Figura 3).

A conferência discutiu diversos assuntos. Porém, o principal objetivo foi regulamentar a expansão das potências coloniais no continente, procurando ordenar e estabelecer consensos diplomáticos. A doutrina das *esferas de influência* foi brandida por muitos representantes na defesa dos seus interesses.

Tal princípio estabelecia, por exemplo, que o domínio ou presença de uma potência em um trecho do litoral corresponderia à extensão da soberania pelo *hinterland* africano, implicando na dominação de uma zona interiorana até uma distância quase ilimitada. Tal critério absurdo beneficiava países que como Portugal, comprovadamente dispunham de longa atuação na orla litorânea do continente.

Todavia, mais do que a diplomacia, na conferência e nos anos subsequentes imperou o poder *de facto* dos países participantes. A título de exemplo, a Inglaterra rifou o projeto português do *mapa cor de rosa*, pelo qual os territórios entre Angola e Moçambique, correspondendo aos atuais Zimbabué, Malawi e Zâmbia, constariam como um domínio dos lusos. Mas, os portugueses foram obrigados a recuar diante das pressões britânicas e da ameaça de guerra entre os dois países.

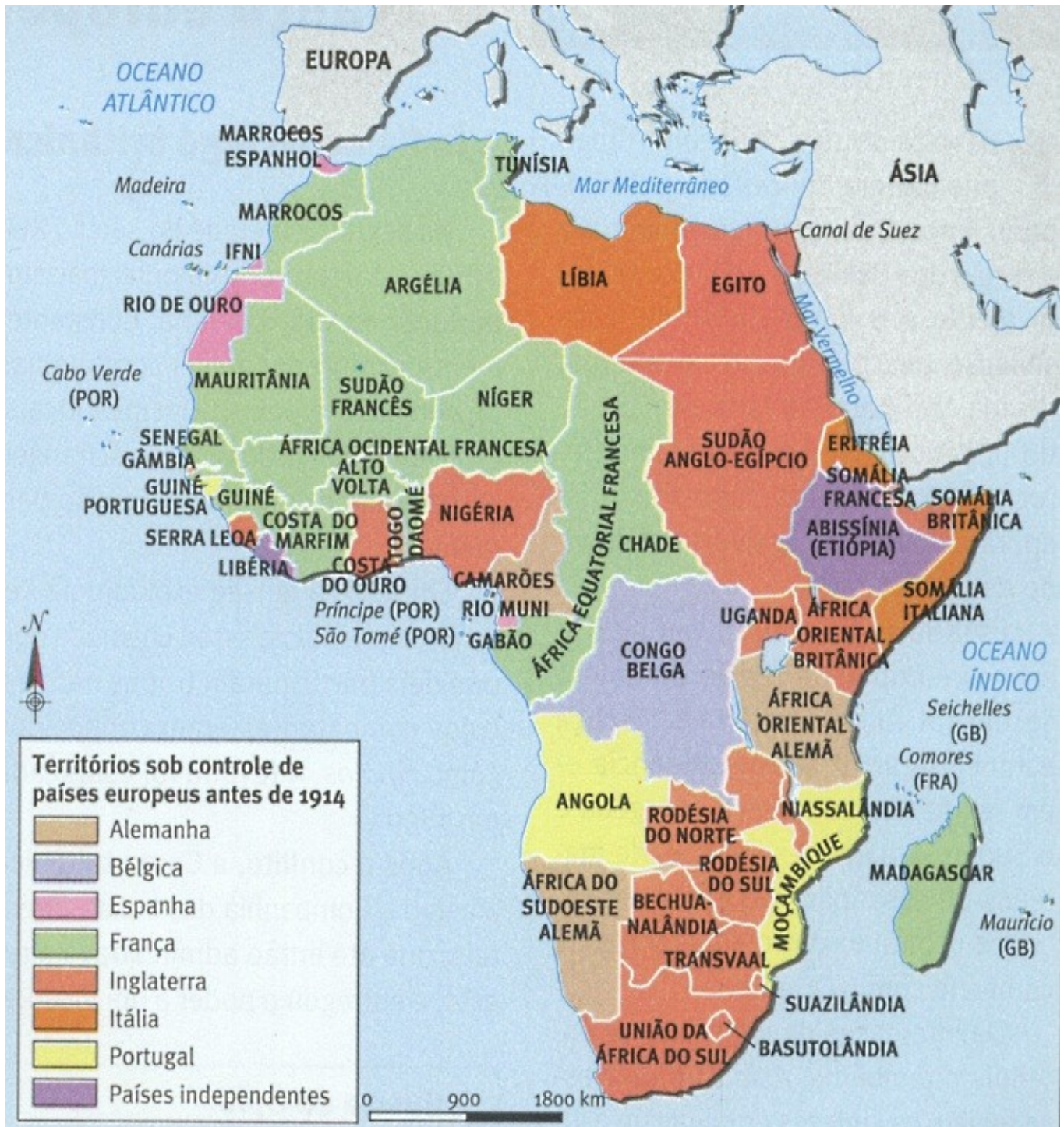


FIGURA 3 - Mapa da África ao final do processo de partilha da África. Especialmente a França, o Reino Unido, Bélgica e Portugal - estes dois últimos numa escala menor aos dois primeiros -, se assenhorearam de extensões consideráveis do continente (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 18-12-2017)

Nesta sequência, importa assinalar a arbitrariedade óbvia que norteou a divisão do continente, ignorando no mais das vezes a organização tradicional do seu espaço. Isto sem contar o desprezo pelas referências naturais do território africano, aliás, na época, desconhecidas em larga escala. Para tomarmos ciência deste fato, basta prestar atenção para o predomínio de linhas de fronteira retilíneas, traçadas com régua e esquadro ou, ajustando-se às latitudes e longitudes.

Neste cenário, quatro nações seriam merecedoras, em face de especificidades no plano das relações com as potências coloniais, de ponderações específicas quanto ao estatuto político-institucional. Uma destas é o Egito. Não obstante ser considerado como país independente, era na prática governado por Londres. Isto porque o velho país do Nilo constituiu um protetorado britânico até 1922.

Porém, mesmo após esta data, a Zona do Canal de Suez, via de interesse estratégico vital para o Império Britânico (Figura 4), foi mantida sob controle administrativo direto do Reino Unido. A Zona do Canal permaneceu sob administração britânica até 1956, quando foi nacionalizada pelo governo nacionalista de Gamal Abdel Nasser ⁴.

No caso da União Sul-Africana, o país usufruía *de facto* ampla autonomia frente ao Reino Unido, que formalmente, permanecia com a investidura de potência tutelar *de jure* ⁵. Por outro lado, conquanto desfrutasse atribuições típicas de Estado independente, a União Sul-Africana estava sob comando da minoria branca, em particular dos chamados *bôeres*, descendentes de antigos colonos holandeses que nunca pouparam esforços em manter a população autóctone sob as mais ignominiosas práticas de discriminação racial, opressão cultural e exploração econômica.

Posteriormente, um amplo conjunto de práticas discriminatórias foram sistematizadas no mundialmente condenado sistema oficial de discriminação racial, o *Apartheid*, implantado juridicamente em 1948 e abolido somente em 1994, quando inicia o governo de maioria negra de Nelson Mandela.

Outro caso específico foi a Libéria, país criado no ano de 1824 por iniciativa do governo norte-americano com o intuito de “receber de volta” (ou dito de outro modo: importar), escravos libertos e seus descendentes, encaminhados então para a costa liberiana. Na prática, a República da Libéria constituiu um protetorado estadunidense, no qual uma elite afrodescendente estranha à história e à cultura do novo país passou a exercer um poder por procuração em nome dos antigos amos e senhores ⁶.



FIGURA 4 - A Rota do Canal de Suez (em azul) abreviava em 8.200 quilômetros o trajeto tradicional de circunavegação da África pelo Cabo da Boa Esperança na direção da Índia (em vermelho), justificando o interesse britânico pela cobiçada passagem (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 18-12-2017)

Esta condição dependente evidencia-se numa coleção de evidências. Note-se que o nome do país deriva de *liberty*, liberdade em inglês, e que Monróvia, capital do país, é uma referência ao presidente Monroe, dos EUA. A primeira constituição liberiana foi, por sua vez, elaborada em Harvard. Quanto à moeda oficial, basta registrar que trata-se do *dólar* liberiano. Por fim, a bandeira é reconhecidamente uma cópia do pendão norte-americano (Figura 5).

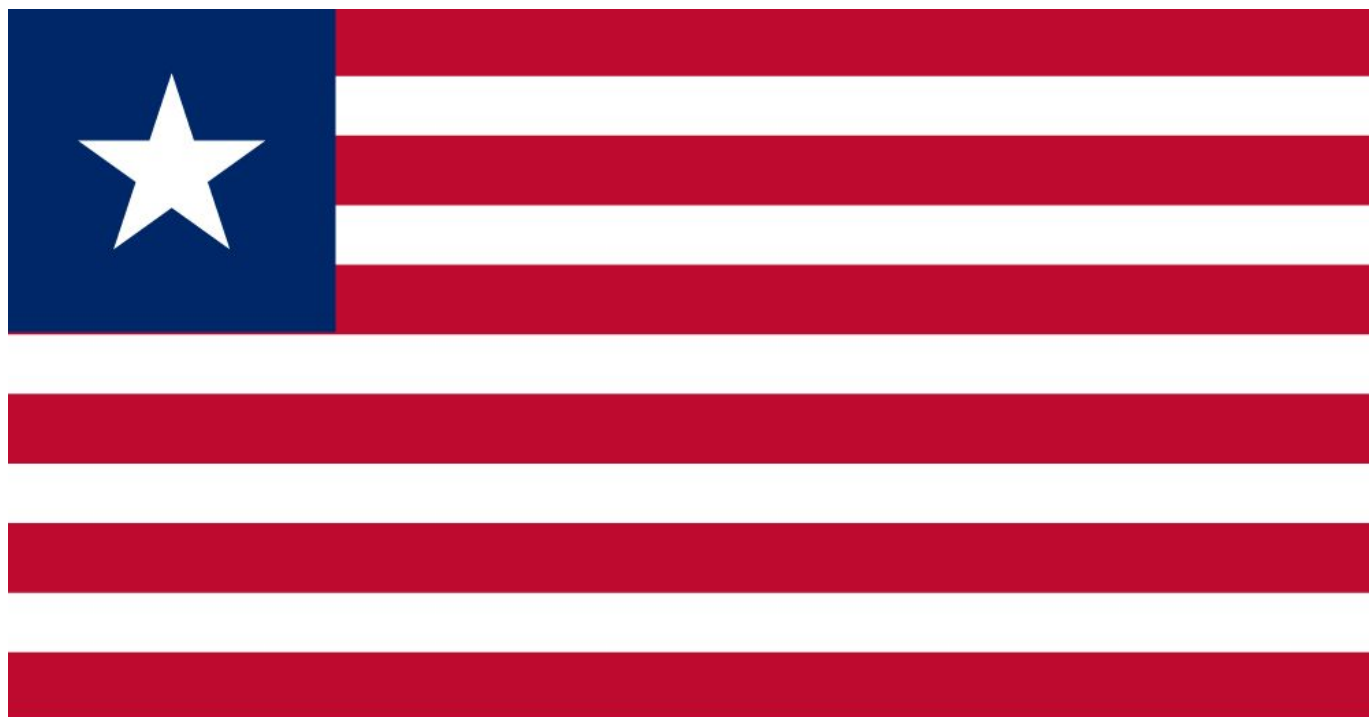


FIGURA 5 - Qualquer semelhança com a bandeira liberiana com a dos Estados Unidos não é coincidência. A Libéria foi fundada, colonizada e controlada por ex-escravos norte-americanos, instalados na costa liberiana como colonos com apoio da *American Society for Colonizing the Free People of Color of the United States* (Sociedade Americana para a Colonização de Pessoas Livres de Cor dos Estados Unidos), organização privada criada em 1816 pelo pastor presbiteriano branco Robert Finley (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 18-12-2017)

Os supostos benefícios trazidos pelo colonialismo foram todos de mérito discutível. A rede de caminhos de ferro, por exemplo, foi estabelecida com a finalidade exclusiva de drenar as riquezas do interior da África para os mercados de além-mar e não para interligar os países do continente entre si. Naturalmente, também serviam para manter o controle militar dos territórios coloniais, transportando tropas que reprimiam o menor sinal de contestação.

Os currículos escolares procuraram colonizar mentalmente o homem africano. Nesta senda, no Senegal, então dominado pela França, os livros de história ensinavam aos naturais do país “a cultura dos nossos ancestrais, os gauleses”, modelo também corrente nas demais áreas da África sob domínio português, inglês, espanhol e belga (Figura 6).



FIGURA 6 - Tira de quadrinhos do desenhista belga Georges Prosper Remi, mais conhecido como Hergé, com o personagem TinTin no papel de professor, que inicia a aula para alunos congoleses com a prédica de abertura que segue: “Meus queridos amigos, hoje eu falarei sobre nosso país: a Bélgica!” (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 18-12-2017)

Nesta mesma linha de imposição de modelos culturais ocidentais, línguas europeias estranhas ao continente foram impostas como os únicos idiomas “cultos”, caso do francês, Inglês, castelhano e do português, ao passo que os antigos códigos linguísticos africanos, muitos dos quais exibindo venerável tradição literária, foram estigmatizados como “impróprios” ou “aberrantes”.

Não fosse suficiente, as religiões tradicionais africanas foram rotuladas como bruxaria e superstição, quando não perseguidas pelos missionários ou simplesmente proibidas por severas legislações coloniais. Em resumo: o colonialismo entabulou um massacre cultural simplesmente sem precedentes.

No mais, relativamente ao domínio europeu, haveríamos também que ponderar sobre o juízo subjacente a muitas colocações, pelo qual as potências coloniais mais fracas exerceram por esta exata razão uma dominação mais branda.

Nesta aferição estariam incluídos poderes coloniais como o português, o espanhol e o belga, identificados por esta lógica como menos exigentes relativamente às populações submetidas. Em outras palavras: sendo mais fracos e descapitalizados, teriam menor necessidade ou mesmo menor possibilidade de explorar as regiões sob seu mando.

Entretanto, esta ponderação é absolutamente improcedente. Na realidade, países como Portugal e a Espanha, com estruturas econômicas débeis na comparação com nações como a França e a Inglaterra, se viram obrigados a recorrer *a uma brutalidade maior, e não menor*, no trato das populações dominadas.

Isto porque destituídos da capacidade de implantar sistemas de produção dotados com maior composição orgânica de capital, tinham que recorrer, para competir com um mínimo de eficiência frente as nações mais desenvolvidas, a todas as formas possíveis de coerção, inclusive as que se aproximavam da escravidão.

Seria igualmente pertinente registrar que os agravos cometidos pelos colonialistas na África resultaram em reflexos problemáticos para as próprias sociedades de origem, muitas vezes insuspeitos ao público leigo.

Por exemplo, é possível de certa forma situar a origem das máquinas de repressão e de extermínio aprimoradas pelo nazifascismo no Século XX em muitas das ações coloniais encetadas na África. Isto, numa escala que se estende das atrocidades cometidas pela Legião Estrangeira Espanhola (aliás, chefiada nos anos 1930 por Francisco Franco, algoz da República Espanhola e aliado de Adolf Hitler e de Benito Mussolini), até os métodos de “limpeza étnica” encetados pelo Império Alemão nas suas colônias na África.

Por exemplo, no antigo Sudoeste Africano (atual Namíbia), território estabelecido como domínio alemão na Partilha da África, um genocídio que tem merecido pouca atenção foi perpetrado contra o povo *Herero* entre 1904 e 1907. Esta etnia, que havia se rebelado contra o Império Alemão em razão da manifesta violação de direitos consuetudinários e roubo de terras ancestrais, teve 80% da população do grupo chacinada pelas forças militares e com o concurso de maus tratos, fome, repressão e trabalhos forçados em benefício dos empresários alemães.

Grandes levas de *Herero* foram despachadas para campos de concentração construídos no Sudoeste Africano. Nesses locais, tal como para as populações europeias condenadas ao genocídio pelo nazismo, as autoridades alemãs tatuavam um número em todos os prisioneiros com o fito de contabilizar os mortos, procedendo-se também a experiências como esterilização de mulheres e pesquisas genéticas. Tudo isso um macabro precedente da política nazista de “higiene racial” (Figura 7).



FIGURA 7 - Sobreviventes da limpeza étnica levada a cabo na Namíbia, fotografados no final da década de 1910, Convenha-se, a cena não é em nada diferente dos campos de concentração nazistas da II Guerra Mundial (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 18-12-2017)

Indiscutivelmente, era necessário colocar um basta nesta sucessão de afrontas. Assim, sessenta anos após a Conferência de Berlim inicia-se o *Processo de Descolonização* da África. Este fenômeno ocorreu respaldado pela difusão dos movimentos nacionalistas. Neste marco, as diferentes correntes na luta pela autodeterminação dos africanos tiveram a sabedoria política de explorar o enfraquecimento relativo das antigas potências coloniais, que estavam desmoralizadas e enfraquecidas por conta da II Grande Guerra.

Certo é, a onda independentista contou com a longa experiência de reação dos africanos às investidas de agressão promovidas pelos invasores colonialistas estrangeiros. Na realidade, contrariamente ao que apregoa o senso comum, os africanos repetidamente manifestaram clara disposição em rechaçar a dominação ocidental.

Numa escala na qual numa ponta identificamos a tenaz resistência dos *Guanchos*, povo nativo das ilhas Canárias, aos conquistadores espanhóis no Século XV ⁷ e na outra, a luta etíope contra a ocupação italiana durante a II Guerra Mundial (Figura 8), os povos da África contaram com perseverante histórico de resistência ao colonialismo, obstinação voltada agora para expulsar os europeus de uma vez por todas do continente africano.

Em muitos países, como na Argélia e nas colônias portuguesas, os africanos recorreram à luta armada enfrentando aparatos militares bem superiores em recursos e equipamentos. Contudo, a insurgência africana era motivada ideologicamente, demonstrou prodigiosa capacidade de absorver modernas táticas de guerra e para completar, contava também com um profundo conhecimento da geografia local e apoio popular, dados essenciais para o desenvolvimento de intensas campanhas de guerrilha.

Deste modo, as forças insurgentes passaram a semear o terror nas tropas de ocupação, terminando por infligir aos colonialistas derrotas cabais nos campos político, diplomático e militar. Embalados pela firmeza em conquistarem a liberdade, na ótica dos nacionalistas africanos a derrota do colonialismo passou a ser vista não apenas como factível como também inevitável, veredicto este evidente, por exemplo, na avaliação de Amílcar Cabral, líder da guerrilha na antiga Guiné Portuguesa.

Relativamente à derrocada do domínio lusitano, eis como sentenciou Amílcar Cabral: *“Se não afirmamos que Portugal se arrisca a uma derrota militar entre nós, é simplesmente porque ele nunca teve nenhuma oportunidade de sair vitorioso. E só podem sofrer derrotas aqueles que tem, pelo menos, uma oportunidade de ganhar”* (LOPES, 1987: 51).

Assim, entre a independência de Gana ⁸, que ocorre em 1957 sob a liderança de Kwame Nkrumah, até a derrocada do regime do *Apartheid* na África do Sul, em 1994, quando Nelson Mandela, passa a liderar a África do Sul, os movimentos anticoloniais geraram mais de 50 novos Estados independentes, expressão de um longo anseio pela liberdade e autodeterminação nacional.



FIGURA 8 - Patriotas etíopes membros da resistência contra a ocupação italiana (Fonte: Revue Noire, 1998: 146)

Assim, exceto alguns pontos estratégicos sob controle das ex-metrópoles - caso dos enclaves espanhóis no Marrocos, das dependências francesas de Reunião-Tromelin e de Mayotte, bem como das possessões britânicas de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha e Gough - não existe, no mapa africano, qualquer outro sinal da finada dominação européia.

A independência significou mudanças na situação que regravava, bem poucas décadas antes, o “Continente Colonial”. Deixaram de existir placas nos trens que percorriam o Congo indicando bancos específicos para os africanos. Os avisos nos clubes do Quênia informando ingresso exclusivo para europeus desapareceram.

Nos mapas, pontes, estradas e cidades foram rebatizadas com topônimos locais, um dos múltiplos exemplos de uma política de africanização empenhada em apagar os traços da dominação ocidental. Não haveria como negar que as antigas metrópoles deixaram de estar presentes no continente. Ao menos em nível da percepção cotidiana.

Entretanto, isto não quer dizer que as dificuldades tenham terminado. Uma questão que não pode ser ignorada é que existem contradições relacionadas com a própria natureza das estruturas políticas deixadas para trás pelos colonialistas. Em muitas partes do continente, o antigo colonialismo foi substituído por uma modalidade que sendo mais sofisticada e sutil não é tampouco menos nociva: trata-se do neocolonialismo.

As grandes potências não mais dominam diretamente o continente. Mas, rapidamente difundiu-se um “modelo liberiano”, pelo qual uma elite africana local tornou-se guardião dos interesses alógenos. Assim sendo, a ingerência estrangeira se mantém pelo controle dos fluxos de capitais, pelos empréstimos, pelo controle transnacional das economias, pela desigualdade dos termos de trocas e quando necessário, pelo financiamento de grupos favoráveis ao Ocidente ou por intervenções militares das ex-metrópoles.

Contudo, em meio às contradições da ordem global, a África descobriu pouco a pouco seus próprios caminhos. A partir dos finais do Século XX, na esteira da pacificação do continente e da consolidação da estabilidade política, a economia africana tem, por exemplo, crescido com base em taxas indiscutivelmente alvissareiras, ultrapassando rapidamente economias consideradas dinâmicas e/ou emergentes.

Em suma: crescendo com base em taxas indiscutivelmente alvissareiras, a África está deixando para trás o continente asiático, rivalizando com uma porção do globo onde se

localizam economias dinâmicas e/ou emergentes como China, Tailândia, Malásia, Qatar, Israel, Singapura, Japão, Índia, Formosa, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Turquia, Indonésia e Coreia do Sul (Figura 9).

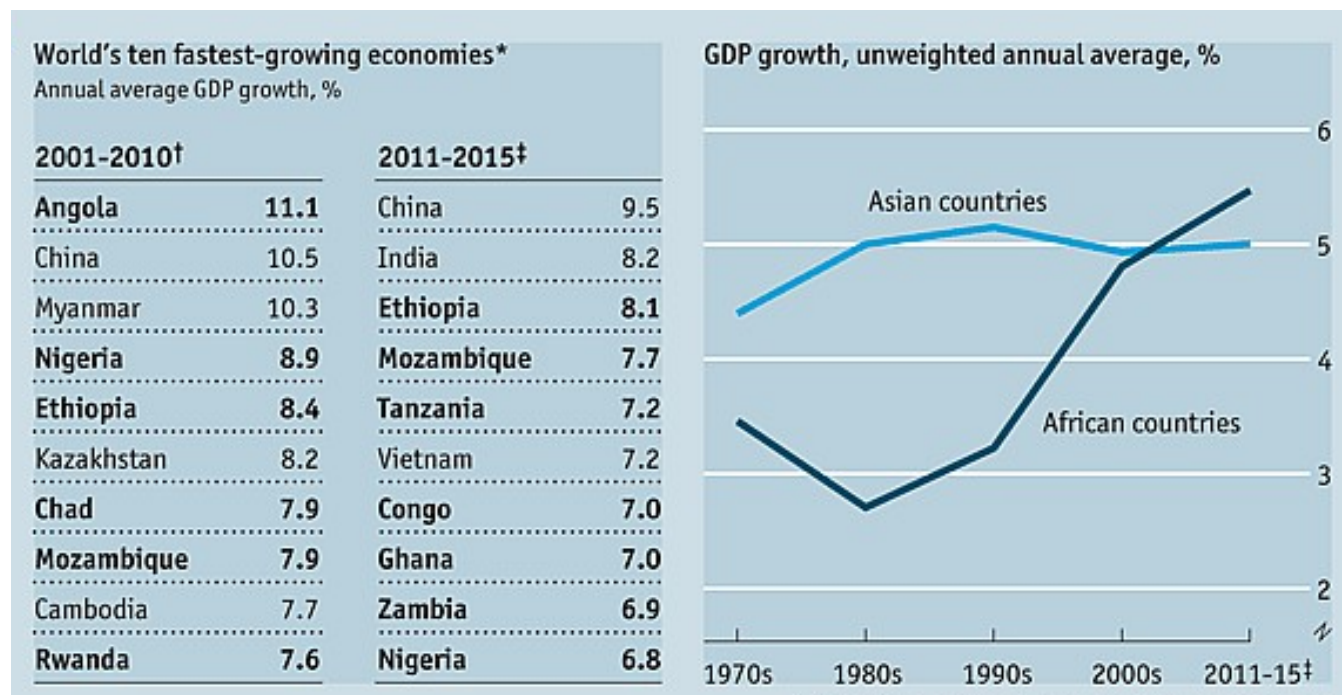


FIGURA 9 - Na planilha à esquerda, note-se a presença cada vez maior de países africanos no *ranking* dos que mais expandem suas economias no mundo. No gráfico à direita, chama a atenção a curva de crescimento do Produto Nacional Bruto dos países africanos na comparação com os da Ásia (Fonte: Fundo Monetário Internacional e The Economist, in *Sorry, But the Rise is Real*: < <https://solomonappiah.com/tag/growth/> >. Acesso: 28-07-2017)

Nas artes, na literatura, na música, nas relações interestatais africanas, na expansão dos direitos das mulheres e no campo do ensino, a África tem demonstrado o enorme potencial dos seus povos e culturas, interfaces que evidenciam a continuidade da luta pela independência, tendo por respaldo a aspiração dos africanos em conquistarem seu lugar ao Sol.

Caminhada que prossegue com persistência e confiança, a mesma que desde a mais remota antiguidade tem feito dos africanos protagonistas de sua própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEDEJI, Adebayo. *Estratégias comparadas de descolonização econômica*. In: História Geral da África. Volume VIII: África desde 1935, Capítulo 14, pp. 471-516. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília (DF): Mapas Editora & Consultoria. 2009;

_____. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem*. Brasília (DF): Centro de Cartografia Aplicada e Informação da Universidade de Brasília - Mapas Editora & Consultoria. 2007;

_____. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. Revista Humanidades, n°. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

ANSTEY, Roger. *As Atrocidades no Congo*. In: História do Século XX, Volume I, pp. 316-321. São Paulo (SP): Abril Cultural. 1974;

BOAHEN, Albert Ada. *A África sob Dominação - O Desafio Colonial*. In: Revista Correio da UNESCO, n°. 7, Julho de 1984, pp. 14-16. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1984;

CEA - CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. *História de Angola*, Porto (Portugal): Edições Afrontamento (com base em edição original argelina). 1965;

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Porto (Portugal): Cadernos para o Diálogo, n°. 2. 1971;

COMPARATO, Fábio Konder. *O Ato Geral da Conferência de Bruxelas de 1890*. Paper digital disponibilizado por Dhnet: Rede Direitos Humanos e Cultura. Texto disponível *on line* em: < <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/brux1890.htm> >. Acesso em 24-11-2017. Sem data;

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011;

FAGE, John Donnelly et TORDOFF, William. *História da África*. Lisboa (Portugal): Edições 70. 2010;

FORTES, Meyer et EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Sistemas Políticos Africanos*. Lisboa (Portugal): Fundação Galouste Gulbenkian. 1977;

GIORDANI, Mário Curtis. *História da África Anterior aos Descobrimentos*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 1985;

GLASGOW, Roy Arthur. *Nzinga: A resistência Africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. Coleção Debates nº. 178. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 2013;

Guia do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro (RJ): Editora Terceiro Mundo. 1981;

HRBEK, Ivan. Capítulo 1: *A África no contexto da história mundial*. Vol. III: África do século VII ao XI. Capítulo 1. In: *História Geral da África*, pp. 1-37. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

KODJO, Edem et CHANAIWA, David. Capítulo 25: *Pan-africanismo e Libertação*. Volume VIII: África desde 1935. In: *História Geral da África*, pp. 897-924. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

LOPES, Carlos. *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*. Coleção Kacu Martel, nº. 2. Bissau (República da Guiné Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). 1987;

MAZRUI, Ali A. *Os Africanos: A Tríplice Herança* (The Africans: A Triple Heritage), série televisiva produzida pela British Broadcasting Corporation (BBC) e a Public Broadcasting Service (PBS) em cooperação com a Nigerian Television Authority (NTA). Professor Ali Mazrui (editor e narrador). 1986;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (Até o século XVIII) e Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA) e São Paulo (SP): Editora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Casa das Áfricas. 2012;

MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Coleção Kacu Martel, nº. 9. Bissau (República da Guiné-Bissau): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). 1994;

MEREDITH, Martin. *The Fate of África - From the hopes of freedom to de heart of despair: A History of 50 years of Independence*. Nova Yorque (EUA): Public Affairs. 2005;

MUNANGA, Kabengele. *Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos*. In: A Dimensão Atlântica da África. Coletânea da II Reunião Internacional de História da África, pp. 297-300. São Paulo (SP): CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES. 1997;

_____. *Povos e Civilizações Africanos*. In: Introdução aos Estudos da África Contemporânea, texto mimeo. Brasília e São Paulo (DF-SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). 1984;

NTALAJA, Georges Nzongola. *Desafios para a formação do Estado na África*. In: Desafios contemporâneos da África: O Legado de Amílcar Cabral, pp. 107-132. São Paulo (SP): Editora da Universidade Estadual paulista (UNESP). 2012;

PAULME-SCHAEFFNER, Denise. *As Civilizações Africanas*. (Coleção Saber). Lisboa (Portugal); Publicações Europa-América. 1977;

Revue Noire. *Antologia da Fotografia Africana e do Oceano Índico - Séculos XIX e XX*. Paris (França): Éditions Revue Noire. 1998;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

WALDMAN, Maurício. *Espaço, Africanidade e Tradição: A topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala griot sobre Sundjata Keita, Imperador do Mali, Senhor do Umbigo do Mundo*. Série Africanidades: Coleção Acadêmica Nº 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017. E-book em Formato PDF disponível *on line* em:
< http://mw.pro.br/mw/africanidade_espaco_e_tradicao.pdf >. 2017;

_____. *Hegemonia Ocidental: Processo Histórico e Social*. Série Educação Popular, Nº 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016. E-book em Formato PDF disponível *on line* em:
< http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_01.pdf >. 2016;

_____. *O Fabuloso Reino dos Mansas do Mali*. Série Africanidades Nº 24. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016. Título em Formato PDF disponível *on line* em:
< http://mw.pro.br/mw/africanidades_24.pdf >. 2016;

_____. *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Relatório de pesquisa de Pós Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) & Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. São Paulo (SP): USP-FAPESP. 2014;

_____. *Novos Rumos da Economia Africana*. In: Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, pp. 22-23. Texto masterizado e incluído na Série Africanidades Nº 14. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2012. Título em Formato PDF disponível *on line* em:
< http://mw.pro.br/mw/africanidades_14.pdf >. 2012;

_____. *Força Vital, Tempo e Espaço: A Topologia do Imaginário Africano Tradicional na Crônica "Griot" de Sundjata Keita*. In: Revista África, volume 20/21, pp. 219-268. São Paulo (SP): Coedição Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP)/ Editora Humanitas. 1997-1998;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007.

¹ **Movimentos de Libertação da África** é um texto que resulta da ampliação de material homônimo publicado em *Geografia do Ensino Fundamental*, Capítulo “O Continente Africano - Aspectos Históricos”, Unidade 1, Módulo 2, Editora Didática Suplegraf, São Paulo (SP), 1999, agora disponibilizado pela **Editora Kotev (2017, Kotev©)**, para fins de acesso livre na Internet. **Movimentos de Libertação da África** foi utilizado pelo autor como texto introdutório em cursos de capacitação em afro-educação, sendo a meta precípua do material, iniciar interessados no conhecimento da história contemporânea da África. A edição de 2017 de **Movimentos de Libertação da África**, masterizada pela **Editora Kotev**, incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa, cautelas de estilo e normatizações editoriais inerentes ao formato PDF. As premissas do texto original, preservadas nesta edição, agregam outrossim nove figuras com o fito de auxiliar na compreensão do tema, assim como referências bibliográficas para os desejosos de maior aprofundamento temático. O texto de **Movimentos de Libertação da África** é gratuito, sendo proibida qualquer forma de reprodução comercial. A formatação eletrônica deste material contou com a Assistência de Editoração Eletrônica e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-Page: www.harddesignweb.com.br. Anote-se que **Movimentos de Libertação da África** é um material gratuito, sendo vedada qualquer modalidade de reprodução comercial e de divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev**. A citação de **Movimentos de Libertação da África** deve obrigatoriamente incorporar referências ao autor e ao texto conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Movimentos de Libertação da África*. Série Africanidades Nº. 16. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017.

² **MAURÍCIO WALDMAN** é jornalista, consultor, editor, professor universitário e antropólogo africanista. Na trajetória de Waldman constam: Graduação em Sociologia (USP, 1982), Licenciatura em Geografia conômica (USP, 1983), Mestrado em Antropologia (USP, 1997), Doutorado em Geografia (USP, 2006), Pós-Doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós-Doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015). Dois dos títulos das pesquisas do autor, Mestrado em Antropologia (USP, 1997) e Pós-Doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013), constituem trabalhos com área de concentração em África. Waldman foi colaborador de Chico Mendes (1988), integrou o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI, 1988-1990) e atuou como membro da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo (AGB-SP, 2002-2003). No campo do conhecimento africanista, atuou como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Waldman foi consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira, também desenvolvendo palestras e conferências sobre África

& Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Dentre outros veículos de mídia impressa, os textos de Waldman foram regularmente publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista Contemporartes (Curitiba) e Portal Instituto Afro (São Paulo). É autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali*, publicado pela Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, volume 20/21, pp. 219-268, *paper* considerado internacionalmente relevante pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), o mais influente centro de investigações mantido pelo governo da França (Confira Ficha Catalográfica: < http://mw.pro.br/mw/cat.inist.fra_2017_kotev.pdf >). Maurício Waldman também responde pela coautoria de *Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Verbete Wikipedia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br

³ Note-se que na literatura de países sob influência cultural alemã, este encontro é conhecido como *Kongokonferenz: Conferência do Congo*. Isto porque *Congo* em língua alemã é muitas vezes um termo tratado como sinônimo de *África*.

⁴ Mesmo assim, a atitude egípcia provocou intempestiva resposta por parte do Reino Unido e da França, que atacaram o Egito em apoio aos interesses de empresas destes países que atuavam no Canal. De outra parte, Israel também declarou guerra a este país. Mas, atente-se que a participação de Israel ocorreu por motivações geopolíticas próprias. Na esteira da nacionalização do canal, a agenda nacionalista de Nasser decretou o fechamento do estreito de Tiran, através do qual os israelenses mantinham comunicação com o Oceano Índico, assegurando seu abastecimento de petróleo. Logo, o bloqueio do estreito induziu o ataque de Israel ao Egito, porém, com base numa pauta especificamente israelense. No espectro político mais amplo, o conflito foi um dos episódios da Guerra Fria. Na ocasião, a União Soviética apoiou o Egito, forçando a retirada das tropas francesas e inglesas da região do Canal e o recuo dos israelenses do Sinai. Ao final das hostilidades os egípcios levantaram o bloqueio da passagem oceânica de Tiran à navegação israelense.

⁵ A *União Sul-Africana* surge em 1910 enquanto Domínio do Império Britânico. Desse modo, o país era juridicamente reconhecido como ex-colônia do Reino Unido. Gozando

de independência nos seus negócios internos, mantinha, contudo laços com a realeza, com a diplomacia e proeminente comércio exterior com a Inglaterra. Este Estatuto finda no ano de 1961, quando se contrapondo ao repúdio internacional ao racismo institucional do governo de minoria branca, os brancos sul-africanos rompem vínculos com o Reino Unido e com a *Commonwealth* (Comunidade Britânica de Nações). A União Sul-Africana é então substituída pela *República Sul-Africana*, status político que vigora até o fim do regime racista em 1994, surgindo então a atual *República da África do Sul*.

⁶ Relativamente aos vínculos da nova elite liberiana com os Estados Unidos, tome-se conhecimento da avaliação que segue: “20.000 ex-escravos regressaram à África. Estes colonos de novo tipo, que falavam a língua e praticavam a religião dos brancos, não foram muito bem recebidos pela população local. Protegidos pelos canhões da armada norte-americana, instalaram-se na costa e apoderaram-se das melhores terras. Durante muito tempo recusaram uma integração com os “negros das selvas”, que consideravam “selvagens”. O amor à Liberdade trouxe-nos aqui (*The Love of Liberty Brought us Here*), proclama o escudo liberiano. Contudo, para os nativos do território, a independência trouxe pouca liberdade. Durante muito tempo, só os proprietários de terras podiam votar, e os 45 mil descendentes dos ex-escravos norte-americanos constituem hoje, o núcleo da classe dominante local, intimamente vinculada aos capitais internacionais. A borracha, um dos principais produtos de exportação, está nas mãos da Firestone e da Goodrich, conforme uma concessão de 99 anos, outorgada em 1926. O mesmo acontece com o petróleo, o ferro e os diamantes” (Guia do Terceiro Mundo, 1981: 182-183).

⁷ Os *Guanchos* foram o primeiro de uma série pouco memorável de grupos humanos que se tornaram alvo de genocídio implacável no curso da afirmação da hegemonia europeia na África e no mundo. Ao pé da letra, este povo foi exterminado pelos castelhanos, acontecimento que objetivamente constituiu um balão de ensaio da conquista da América, baseada na destruição das sociedades autóctones, imposição do cristianismo e do domínio político europeu. É importante também registrar o afínco com que os *Guanchos* resistiram ao avanço espanhol. Em que pese o fato de serem as Canárias um arquipélago que cobre parcos 7.447 km², ainda assim os conquistadores espanhóis demandaram por 93 longos anos de campanhas militares (1402-1495), para submeter estas ilhas ao seu domínio. Uma das evidências que explicam as dificuldades de conquista do interior do continente, que se tornou exequível aos europeus unicamente com o uso de modernas armas de fogo a partir do Século XIX.

⁸ Atentar para o fato de que a atual *República do Gana*, grafada sem “h”, não tem nenhuma relação histórica e geográfica com o *Império do Ghana*. A denominação *Gana* foi adotada no governo nacionalista de Kwamé Nkruma com o intuito de rebatizar a antiga *Colônia Britânica da Costa do Ouro* com uma referência do continente africano,

opção que se inscrevia no ideário pan-africanista.

EBOOK ON LINE DO MESMO AUTOR SOBRE ÁFRICA EM SALA DE AULA

MAURÍCIO WALDMAN



**O MAPA DE ÁFRICA EM SALA DE AULA:
A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do
Racismo na Cartografia Escolar de África**



EDITORA KOTEV

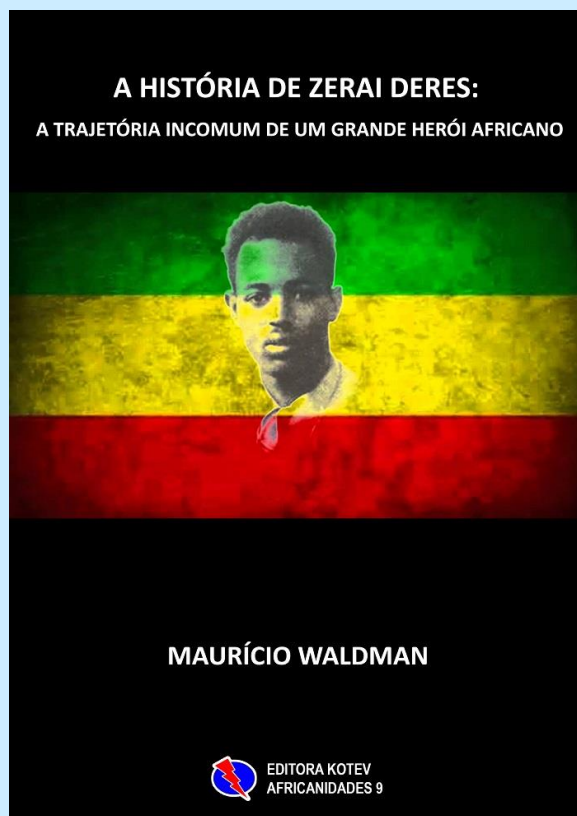
ÁFRICA & AFRICANIDADES: Coleção Acadêmica 2

[http://www.mw.pro.br/mw/o mapa de africa em sala de aula.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/o%20mapa%20de%20africa%20em%20sala%20de%20aula.pdf)

PARA SABER MAIS SOBRE A ÁFRICA CONTEMPORÂNEA



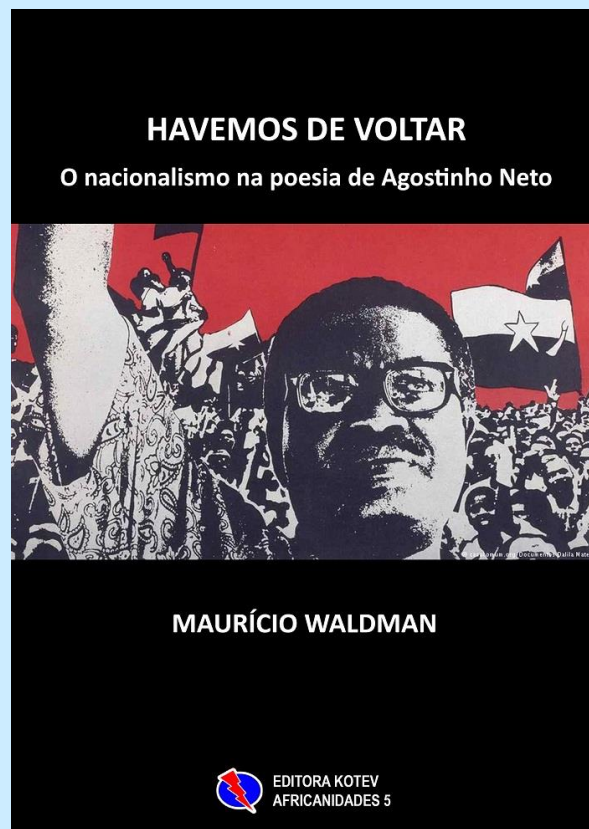
http://mw.pro.br/mw/africanidades_04.pdf



http://mw.pro.br/mw/africanidades_09.pdf



http://mw.pro.br/mw/africanidades_14.pdf

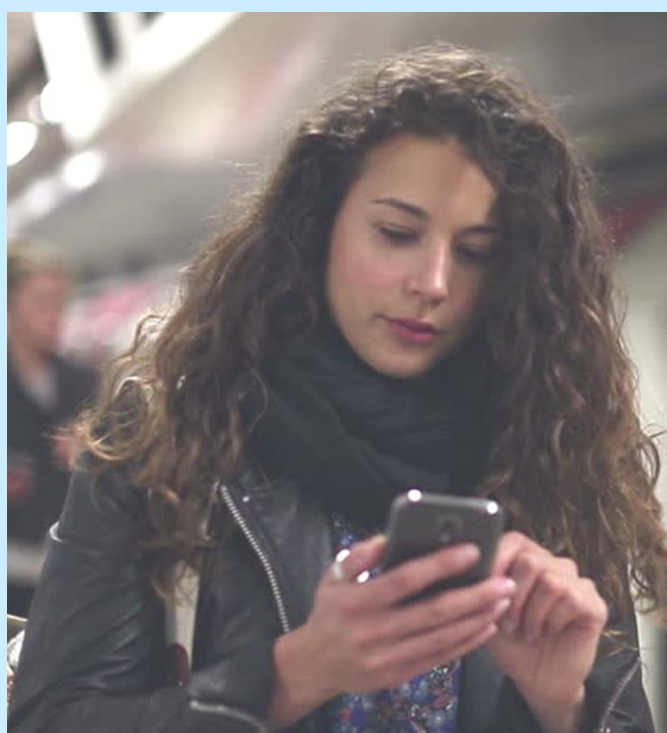


http://mw.pro.br/mw/africanidades_05.pdf

CONHEÇA A SÉRIE AFRICANIDADES



<http://mwtextos.com.br/serie-africanidades/>



EDITORA KOTEV

Sintonizada com o Futuro Digital

EDITORA KOTEV
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

Os debates sobre **ÁFRICA & AFRICANIDADES** são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página: <http://kotev.com.br/>
Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo: atendimento@kotev.com.br